



Táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas: o caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro

Citizen tactics for the activation of underutilized areas: the case of the community gardens in Rio de Janeiro

Adriana Sansão Fontes*, Fernando Espósito Galarce**, Leticia Martins do Valle***, Victor Fernandes Motta**** e Thais da Silva Faria*****

* Professora Adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Urbanismo da UFRJ, Arquiteta e Urbanista, Mestre e Doutora em Urbanismo pelo PROURB-FAU/UFRJ, com Estágio Doutoral na ETSAB/UPC, em Barcelona. Atual Jovem Cientista do Nosso Estado (FAPERJ).

** Professor Adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Arquiteto pela Pontifícia Universidad Católica de Valparaíso, no Chile, e Doutor em Arquitetura pela ETSAB/UPC, em Barcelona.

*** Estudante de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), cursando atualmente o oitavo período. Inte-

grante do grupo de pesquisa do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT-PROURB) no período de abril de 2017 a março de 2018.

**** Estudante de arquitetura e urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), cursando atualmente o oitavo período. Integrante do grupo de pesquisa do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT-PROURB) no período de setembro de 2016 a agosto de 2017.

***** Estudante de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (FAU/UFRJ), cursando atualmente o oitavo período. Integrante do grupo de pesquisa do Laboratório de Intervenções Temporárias e Urbanismo Tático (LabIT-PROURB) no período de 2017 a fevereiro de 2018.

Resumo

Iniciativas comunitárias para transformação de espaços cotidianos “de baixo para cima” têm sido cada dia mais frequentes nas grandes cidades, respondendo, de maneira proativa, à incapacidade dos governos de lidar com os desafios urbanos urgentes, por meio do planejamento urbano tradicional. Dialogando com a temática do urbanismo insurgente e dos ativismos urbanos, este artigo discute as táticas cidadãs para ativação de áreas subutilizadas, apresentando, como casos referenciais, as hortas comunitárias do Rio de Janeiro. Partimos de uma discussão sobre o urbanismo tático como abordagem para conversão de áreas subutilizadas em comuns urbanos, para, em seguida, proceder à análise dos casos das hortas Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras), iniciativas comunitárias de apropriação e transformação de espaços subutilizados em comuns urbanos, que trouxeram benefícios sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais a essas localidades. Procuramos questionar de que forma essas ações podem ser multiplicadas, e qual seria o papel do poder público nesse processo.

Palavras-chave: Urbanismo Tático. Vazios urbanos. Comuns urbanos. Agricultura urbana. Ativismo urbano.

Abstract

Community initiatives to transform everyday spaces in a bottom up manner have been increasingly in large cities, responding proactively to the inability of governments to deal with urgent urban challenges by means of traditional urban planning. Dialoging with the theme of insurgent urbanism and urban activism, this paper discusses citizen tactics for the activation of underutilized areas, presenting, as referential cases, the community gardens in Rio de Janeiro. The paper starts with a discussion about tactical urbanism as an approach for conversion of underutilized areas into urban commons, followed by the analysis of the cases of Parque Sitiê (Vidigal) and General Glicério (Laranjeiras) gardens, community initiatives for the appropriation and transformation of underutilized spaces into urban commons that brought social, economic, urbanistic and environmental benefits to these localities. We seek to question how these actions could be multiplied, and what would be the role of public power in this process.

Keywords: Tactical Urbanism. Urban voids. Urban commons. Urban agriculture. Urban activism.

Um vazio urbano é também um campo que pode ser cultivado. (FOLKERTS, 2014, p. 56)

Introdução

Iniciativas comunitárias para transformação dos espaços cotidianos têm sido cada dia mais frequentes nas grandes cidades. Respondendo a questões urgentes, como a carência ou inadequação de espaços públicos em áreas mais desassistidas, a degradação ambiental, o colapso da mobilidade rodoviária, a falta de moradia adequada, entre outros temas recorrentes nos mais diversos contextos culturais, essas formas de urbanismo insurgente demonstram a habilidade dos cidadãos em apresentar pequenas soluções de curto prazo, em face à morosidade ou ineficiência do poder público para executar ações estratégicas de longo prazo.

Essas ações cidadãs operam em várias escalas, seja no engajamento de vizinhos para melhoria dos espaços coletivos (escala doméstica), seja nas atitudes proativas comunitárias para construção de entornos mais habitáveis (escala de bairro), ou nas ações coletivas para revitalização de espaços públicos (escala urbana).

Como afirmado por LEITE (2012), nas últimas décadas tem-se observado que os espaços urbanos - normalmente os localizados nos centros das cidades - vêm perdendo muitas das suas funções produtivas, gerando espaços obsoletos e disponíveis para outras possibilidades de ocupação. Trata-se dos chamados “vazios urbanos”, wastelands ou brownfields. Ações de caráter insurgente se apresentam como uma oportunidade, em um cenário em que o desenvolvimento sustentável impõe e precisa reformular a cidade existente, reinventando-a de forma inteligente e inclusiva (LEITE, 2012).

As ações ativistas se expressam como operações espaciais que criticam e questionam a cidade em suas diversas escalas (LIMA, 2014). Trata-se de ações insurgentes de ocupação do espaço cidadão que demonstram o desejo de uma transformação e redefinição da esfera pública, quando se reivindicam novas possibilidades de

leitura dos espaços urbanos e colocam-se em pauta novas demandas, em benefício da vida pública e da paisagem.

Dando visibilidade a essas formas de ativismo urbano, ROSA (2013, p. 18) sugere que iniciativas como essas têm uma natureza política, “proliferando-se como respostas da sociedade à incapacidade dos governos de hoje de lidar com os desafios urbanos por meio do planejamento tradicional e seus instrumentos.” Essas respostas operam, portanto, em nível local, preenchendo micro agendas por meio da ação direta dos cidadãos.

No Rio de Janeiro o quadro não é diferente. Dentro desse contexto, se por um lado verificamos um maior engajamento e criatividade na apropriação e transformação do espaço público para uso dos cidadãos, em um processo paralelo, observamos a proliferação de vazios urbanos e espaços residuais de diferentes naturezas, com potencial de hospedar práticas criativas.

Vazios urbanos, segundo BORDE (2006, p. 5), são os “terrenos e edifícios vacantes que contrastam com o tecido urbano pelas condições de uso e ocupação (sem ocupação, sem uso ou subutilizados) e por não beneficiarem a coletividade, isto é, por não cumprirem sua função social.” Áreas residuais, subutilizadas ou abandonadas, nesse sentido, podem ser encaradas como oportunidades para novos espaços comuns, onde o vazio pode ser lido “não só como ausência, mas

também como promessa, como encontro, como espaço do possível, como expectativa” (SOLÀ MORALES, 2002, p. 187), encorajando a participação comunitária e o espírito empreendedor.

Baseado nessa observação, colocamos algumas questões: é possível transformar essas áreas residuais, subutilizadas e abandonadas em espaços comuns por meio de ações táticas de baixo para cima? Como impulsionar essas ações táticas de forma a alcançarem maior impacto? Como essas iniciativas podem ganhar escala e ser incorporadas ao planejamento?

Nesse artigo, enfocaremos a ativação de áreas residuais, subutilizadas ou abandonadas por meio de ações táticas relacionadas ao meio ambiente. Defendemos as hortas comunitárias como uma forma de ativismo urbano que transforma espaços subutilizados e induz a criação de comuns urbanos. Para comprová-lo, discutiremos táticas cidadãs voltadas a ativar espaços subutilizados da cidade do Rio de Janeiro, utilizando como casos referenciais as hortas comunitárias Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras), iniciativas comunitárias de apropriação de espaços subutilizados que trouxeram benefícios sociais, econômicos, urbanísticos e ambientais a essas localidades.

Partimos de uma reflexão sobre os comuns urbanos, seguido de uma discussão sobre o urbanismo tático como abordagem para conversão de

áreas subutilizadas em espaços comuns. Após as discussões teóricas, procedemos à apresentação dos casos das hortas comunitárias Parque Sitiê (Vidigal) e General Glicério (Laranjeiras), por meio das quais procuramos refletir de que forma essas ações podem ser multiplicadas, e qual poderia ser o papel do poder público nesse processo.

Sobre os comuns urbanos

A qualidade da vida pública vem sendo analisada e criticada a partir de diversos olhares e disciplinas, principalmente no que diz respeito ao impacto das características físicas do espaço urbano no comportamento dos cidadãos. Como afirmado por SENNET (2002), a vida pública e o habitar em comunidade têm se transformado em uma questão de obrigações mais formais e pautadas pelos processos de mercantilização, esquecendo-se muitas vezes os princípios de convívio, contato e interação social no espaço público. As interações com os estranhos, com os outros, são percebidas, no melhor dos casos, como formais, distantes e frias. O espaço urbano é pensado como um bem de consumo e mercantilização, e já não mais como um contexto estimulante para a vida em comunidade.

Nesse cenário, discutir o tema dos comuns urbanos se faz importante e necessário. Trata-se de um tema que vem ganhando relevância no contexto contemporâneo, sendo abordado, recentemente, por autores como HARVEY (2014), FERGUSON (2014), STAVRIDES (2014), BRAD-

LEY (2015), entre outros.

Bradley (2015) comenta que os termos “bem comum”, ou “comuns”, têm sido tradicionalmente relacionados aos recursos naturais, como pastos, rios e florestas. Porém, os recentes processos de mercantilização do espaço público fizeram emergir, ou renascer, o interesse pelos comuns urbanos. Estes são o que ela denomina como os espaços não definidos primariamente por sua propriedade formal, mas pela forma como os cidadãos fazem uso dele, e cuja criação pode se manifestar por meio da apropriação de propriedade privada, ou de espaços abandonados, para usos coletivos, como jardins urbanos ou locais de diversão e experimentação.

Na visão de HARVEY (2014), há uma distinção importante entre espaços/bens públicos e comuns urbanos. Segundo ele, os primeiros dizem respeito ao Estado e à administração pública, sendo um tema de propriedade, não constituindo, necessariamente, um comum. O público torna-se um comum quando “as forças sociais se apropriam dele, protegendo-o e aprimorando-o em benefício mútuo” (HARVEY, 2014, p. 144), como, por exemplo, no caso das ruas e praças, espaços públicos frequentemente convertidos em comuns por meio das ações sociais insurgentes ou ativistas. O que é necessário, segundo ele, é a constante prática social da “comunalização”, que pressupõe uma relação coletiva e não mercantilizada entre o grupo social que se apropria do espaço e seu aspec-

to tratado como comum. O comum, portanto, não deveria ser entendido como um bem estático, mas uma relação maleável entre o grupo social atuante e os aspectos do espaço físico e social, já existentes ou ainda a serem criados.

Os comuns surgem, ou têm a oportunidade de surgir, quando o espaço público é tratado como um lugar para o engajamento democrático, e não como um negócio, como é regularmente praticado. FERGUSON (2014) enxerga os comuns como uma plataforma urbana e cívica, um espaço que é ao mesmo tempo real e simbólico, onde a renegociação dos valores sociais e políticos compartilhados pode ganhar uma forma construída, um espaço físico concreto de trocas.

STAVRIDES (2014), por sua vez, sustenta que a produção desse espaço comum é um processo que deve ser aberto, transbordando os limites de uma dada comunidade e neutralizando áreas de exclusividades a grupos específicos. É uma construção que deve abrir espaço para o surgimento de novos sujeitos, criadores potenciais, capazes de perceber, pensar e alterar as coordenadas desse mundo compartilhado. Ao mesmo tempo, deve ser parte de uma revolta do fazer criativo, que invente novas formas de relações humanas e sociais, que vão de encontro à exploração e desigualdade. O desafio está, segundo HARVEY (2014), em descobrir maneiras criativas de usar os poderes do trabalho coletivo para o bem comum, e manter o valor produzido sob o

controle das pessoas que o produziram.

Estes coletivos, quando organizados, podem conformar o que SARGISSON (2004) define como comunidades intencionais, que são grupos de pessoas que escolhem trabalhar juntas por algum propósito comum. A razão de ser dessas comunidades vai além do individual e familiar, tendo a capacidade de gerar lugares onde as pessoas experimentam uma vida alternativa, a partir da vivência de seus sonhos em uma base cotidiana.

Gostaríamos de abordar o tema das hortas comunitárias enquanto comuns urbanos, criados a partir de ações locais de baixo para cima, que podem ser enquadradas dentro da abordagem do urbanismo tático. De acordo com HARVEY (2014), se os bens públicos oferecidos pelo estado diminuem, ou mesmo desaparecem, só a auto-organização da sociedade será uma resposta possível para a criação de comuns para a população. Nesse sentido, o urbanismo tático surge como uma alternativa viável.

Urbanismo tático: transformando espaços subutilizados em comuns urbanos

Tomando como suporte físico os espaços subutilizados, enfocaremos as ações táticas ativadoras desses espaços e indutoras de comuns urbanos. O conceito de Urbanismo Tático é recente e significa a abordagem para construção e ativação de uma vizinhança, usando intervenções e políticas

de curto prazo e baixo custo, que permitam a imediata recuperação, redesenho ou programação do espaço público, visando futuras transformações.

A origem do termo está em CERTEAU (1999), que define e identifica diferenças entre estratégias e táticas. Ele chama de estratégia o cálculo das relações de força a partir do ponto de vista do poder, enquanto a “tática” seria uma reação gradual que aproveita as “ocasiões” e as brechas para atuar. Desta maneira, reconhece-se que as táticas são determinadas pela ausência do poder e servem como resposta dos fracos (cidadãos), ou, como diriam OSWALT, OVERMEYER e MISSELWITZ (2013), “a arte do fraco”, enquanto as “estratégias são as ferramentas formais dos poderosos (poder público)” (LYDON e GARCIA, 2015, p. 9).

O termo “tático” se refere às iniciativas modestas que contam com recursos mínimos para catalisar ganhos maiores. Urbanismo Tático seria então, segundo LYDON e GARCIA (2015), uma abordagem que utiliza ações rápidas e de fácil execução, através de pequenas intervenções, para demonstrar possibilidades de mudança em longo prazo e larga escala, significando uma resposta rápida para circunstâncias específicas do século XXI (DUANY, 2015, p. xi).

O Urbanismo Tático não é um movimento unificado, mas uma rubrica geral por meio da qual se pode captar uma ampla gama de projetos urbanos emergentes (BRENNER, 2018), sendo uma

abordagem passível de uso por uma série de atores, incluindo governos, empresas, ONGs, grupos de cidadãos e indivíduos (LYDON e GARCIA, 2015) para iniciar novos espaços ou reparar espaços existentes. As ações “faça você mesmo” (do inglês “do it yourself” - DIY), em que os próprios cidadãos demonstram as possibilidades de mudança, têm sido as mais difundidas, e alguns autores, como BRENNER (2016), consideram-na a real forma de mobilização do Urbanismo Tático. Segundo ele

O urbanismo tático é mobilizado “de baixo para cima” através de intervenções organizacionais, culturais e ideologicamente diversas para enfrentar as questões urbanas emergentes. Os designers profissionais, bem como governos, desenvolvedores e corporações, em geral, podem participar e estimular ativamente o urbanismo tático. Mas, suas fontes geradoras devem estar fora do controle de qualquer ideologia específica de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política. (BRENNER, 2016, p. 9).

SASSEN (2014) avalia de forma semelhante, defendendo que o Urbanismo Tático é, em parte, uma prática que envolve ocupação. “Ocupar é refazer, mesmo que temporariamente, um pedaço de território, refazendo, também, as lógicas de poder, geralmente não democráticas, impregnadas nas práticas urbanas” (SASSEN, 2014, p. 44).



Figura 1. Mapa de localização das hortas comunitárias Parque Sitiê, no Vidigal, e Horta da General, em Laranjeiras. Fonte: SANSÃO (2017).

OSWALT, OVERMEYER e MISSELWITZ (2013) enxergam os atores táticos como indivíduos que operam por meio de pequenas manobras reativas, trabalhando com o que está disponível no lugar. Dependem do tempo, exploram oportunidades, contam com cooperação e engajamento, perfeito conhecimento do campo, mobilidade e velocidade. O planejamento tático, segundo eles, tem um objetivo, olha as pessoas que já estão ativas e dá suporte a essas atividades. Esses autores defendem que atores táticos são os pioneiros das formas de vida não institucionais, espécies de “DIY de garagem” que atuam na zona cinza das atividades não lucrativas, contribuindo para a estabilização social das vizinhanças e funcionando como catalizadores de processos de inovação.

A habilidade dos ativadores táticos, segundo eles, está tanto na descoberta do lugar, quanto na formulação do programa para sua ativação. Uma vez definidos lugar e programa, o espaço é adaptado por meio de iniciativas de baixo custo, lançando mão dos materiais disponíveis, muitas vezes reutilizados, e pelo estabelecimento de parcerias com diversos atores sociais que possam trabalhar de forma colaborativa. Dessa forma, o espaço comum surge da experiência do “fazer” coletivo. Verificaremos como isso se dá no caso das hortas comunitárias do Rio de Janeiro.

Táticas cidadãs: duas hortas comunitárias no Rio de Janeiro

Nos anos recentes, pudemos observar um grande crescimento e difusão do tema da agricultura urbana no mundo. De acordo com BISHOP e WILLIAMS (2012), a prática se converteu em um movimento significativo de ocupação de excedentes de terra nos meios urbanos, tendo assumido distintas configurações e temporalidades, tais como paisagismo de guerrilha, hortas temporárias e áreas de cultivo de maior permanência.

Gostaríamos de apresentar um recorte do estado do tema no Rio de Janeiro, articulando as hortas comunitárias ao processo de produção dos comuns urbanos. Como casos de estudo, enfocaremos o Parque Sitiê, no Vidigal, e a Horta General Glicério, em Laranjeiras. Trata-se de dois exemplos que expõem situações distintas, se não podemos dizer contrastantes, de transformação de áreas subutilizadas em áreas produtivas: o Parque Sitiê é uma horta que ocupa um terreno público em área informal e carente, enquanto a Horta General Glicério ocupa um lote privado em um bairro formal e favorecido da cidade (Figura 1).

Parque Sitiê

1- Contexto e características do sítio

O Parque Sitiê está localizado na Favela do Vidigal, pertencente a VI Região Administrativa (Lagoa) da cidade do Rio de Janeiro. Ocupa a área de 8,5 mil m² em um terreno público acidentado e de vegetação densa, caracterizado por um

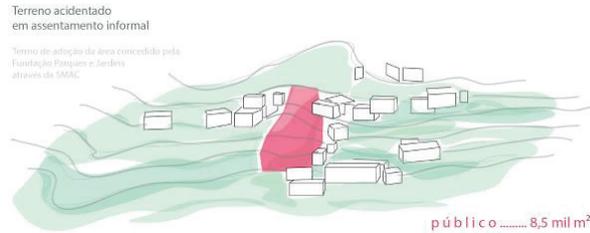


Figura 2. Diagrama esquemático das características do sítio do Parque Sitiê. Fonte: SANSÃO (2017).

histórico de degradação e abandono, e surgiu da necessidade da comunidade de espaços públicos verdes e de proteção contra invasões. A horta conta, hoje, com um termo de adoção da área concedido pela Fundação Parques e Jardins, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SMAC) (Figura 2).

A área consistia em um terreno de características naturais de Mata Atlântica, que ainda não havia sofrido intervenções pela comunidade local até meados da década de 1980, denominado como Sítio. Com a falta de espaços livres, o local era utilizado como área de lazer e recreação de forma espontânea, sobretudo pelas crianças que o frequentavam, para coletar as frutas, abundantes no local, e brincar na mata. A partir do processo de expansão da comunidade, o sítio foi ocupado por residências com condições precárias de infraestrutura sanitária básica, dando início a um processo de vulnerabilização do lugar, pelo acúmulo de lixo e esgoto, que persistiu por décadas (QUINTANILHA e CRISTO, 2015).

A Prefeitura, por meio do Programa Favela Bairro, iniciado na década de 1990, realizou uma série de intervenções que investiram na implantação de infraestrutura urbana e no controle dos assentamentos em áreas de risco nas comunidades do Rio de Janeiro. Nesse processo, famílias que ocupavam o sítio em questão foram indenizadas, tendo suas casas demolidas, sem, contudo, serem retirados os escombros da demolição. A par-

tir daí, os moradores começaram a utilizar o local como depósito irregular de lixo de forma ainda mais intensiva, que chegou a alcançar 16 toneladas, agravando a situação ambiental do lugar (PARQUE SITIÊ, 2017).

2- Processo de implantação

Foi nesse contexto de insalubridade que o músico Mauro Quintanilha, nascido e criado no Vidigal e morador das cercanias, iniciou, em 2006, um processo de remoção dos entulhos e do lixo, como uma tentativa de recuperação do lugar. Nessa empreitada, foi apoiado por seu amigo Paulo Cesar de Almeida, o Paulinho, vizinho e membro dos garis comunitários, formando, assim, a primeira parceria na transformação do espaço.

O período de remoção do lixo e dos escombros foi um momento de inconstância e dificuldades. Mesmo com a ajuda de voluntários locais e externos, identificados com a causa, o apoio era irregular e não havia suporte das organizações formais, como a associação de moradores e a Comlurb. Assim, a continuidade da execução de limpeza do terreno ficou a cargo da mesma dupla de pioneiros. Durante o processo de transformação da área, os líderes da ação e alguns voluntários se depararam com a dificuldade de conscientização da comunidade, que insistia em manter o despejo inadequado de lixo na região.

A partir de 2009, o lugar foi batizado de Parque



Figura 3. Placa de identificação, no acesso do Parque Sitiê, feita por um de seus colaboradores. Fonte: SANSÃO (2018).

Sitiê, em referência à memória do Sítio e de uma ave nativa, o Tiê-sangue (Sítio + Tiê) (Figura 3). Foi nesse período, entre 2009 e 2011, que os agentes perceberam que, ao fazer do sítio uma área produtiva por meio do cultivo de hortaliças, evitariam a ocupação inadequada e o despejo de lixo, além de recuperarem a terra, abrindo espaço para uma nova percepção do lugar e a possibilidade de novos usos do espaço pelos moradores. Assim, deu-se início à horta.

O envolvimento da comunidade na zeladoria e na manutenção do espaço foi ampliando, portanto, a partir da observação da oportunidade de se construir um lugar produtivo e de uso coletivo em uma região carente de áreas livres de qualidade. Assim, sob a liderança de Mauro, a transformação do espaço motivou uma transformação cultural na comunidade, fazendo com que esta se tornasse um coletivo ativo na proteção e na construção do lugar.

Impulsionado pela colaboração e amplo apoio da comunidade local, o Parque Sitiê atingiu reconhecimento público, em 2012, com o título de primeira agrofloresta urbana do Rio de Janeiro, devido à crescente demanda da produção e pela atribuição socioeconômica de distribuição dos alimentos na comunidade. Esse título trouxe ao parque a oportunidade de participar da Conferência das Nações Unidas, a Rio +20, onde os gestores conheceram Pedro Henrique de Cristo, arquiteto, formado em Administração e mestre

em design de políticas públicas, que passou a ser um de seus principais agentes de transformação e instrumentalização.

A percepção de Pedro sobre a eficiência e potencial do parque, apesar da falta de suporte técnico para sua construção e desenvolvimento, foi o que deu origem à parceria entre ambos. Pedro rapidamente se envolveu com o projeto, iniciando a construção de um conceito, um design urbano e um planejamento estratégico de desenvolvimento.

Devido à profissionalização que trouxe ao projeto, Pedro tornou-se o responsável técnico e estratégico do parque. Suas ações permitiram o desenvolvimento do espaço físico e institucional e a formação de parcerias estratégicas, com intuito de explorar a máxima potencialidade do lugar, sem tirar o protagonismo da comunidade.

Após aproximadamente quatro anos de parceria, em 2017, Pedro e Mauro se afastaram do parque e da comunidade. Segundo eles, isso se deveu à saída da UPP do Vidigal, em 2016, porém, Paulinho, atual liderança responsável por manter o espaço em funcionamento, diverge desses motivos e insinua a existência de divergências entre as lideranças. De toda forma, o parque segue em funcionamento, apesar da infraestrutura precária. A casa-sede do parque, agora denominado Parque Educacional Popular Sitiê, conta com uma caixa de contribuições, para ajudar na manutenção do lugar.



Figura 4. Construção de espaços e mobiliário com materiais encontrados no local, em um trabalho sitespecific de design e arquitetura. Fonte: SANSÃO (2018).

3- Usos e funções

O Parque Sitiê surge de um desenvolvimento marcado pelo protagonismo da comunidade como dona do processo de mudança (QUINTANILHA e CRISTO, 2015), trabalhando na transformação de um espaço subutilizado em uma área cultivável, por meio do plantio de mais de 50 espécies vegetais, como forma de preservação ambiental.

Os espaços da horta são o resultado de um trabalho sitespecific de design e arquitetura, respeitoso às características locais e aos materiais disponíveis. Segundo Mauro (QUINTANILHA e CRISTO, 2015), ao longo do processo de remoção de lixo da região, foi encontrada uma grande quantidade de pneus, cuja dificuldade de transporte motivou seu uso na estruturação do espaço. Assim, foram construídos, em um primeiro momento, escadas, e, posteriormente, muros de contenção, a partir da reutilização desse material descartado. Outros materiais reutilizados, como aros de bicicleta, foram responsáveis por uma das soluções mais criativas do parque, que são os guarda corpos que delimitam os desníveis do terreno (Figura 4).

Devido à formalização da parceria entre o Parque e o Studio +D, escritório de Pedro de Cristo, foi possível aprimorar as práticas já existentes e desenvolver os potenciais antes inexplorados, como a manutenção e qualificação de área produtiva e de lazer e o estabelecimento da área

como um espaço de discussão de assuntos da comunidade, centro de ensino e desenvolvimento de atividades educacionais voltadas para meio ambiente, tecnologia e artes.

4- Atores e parcerias

Como já mencionado, a primeira parceria formada para transformação do lugar foi a união de Mauro e Paulinho, conjugando o trabalho de paisagismo, design e reciclagem (Mauro), com o conhecimento sobre agricultura urbana e reflorestamento (Paulinho). Esse encontro foi fortalecido com o suporte dos moradores do Vidigal no trabalho voluntário de limpeza e cultivo.

O êxito na produção da horta fortaleceu o envolvimento do parque com a comunidade a partir da distribuição da produção para a população. A inclusão da horta no projeto da Prefeitura do Rio de Janeiro, que previa a distribuição da produção em creches e escolas da comunidade, conhecido como Hortas Cariocas, nunca foi de fato oficializada, mas, segundo as lideranças, aconteceu de forma autônoma, visando à integração com a comunidade (CHRISTO, 2017).

O envolvimento de Pedro na coordenação e direção do Parque possibilitou a incorporação de novas parcerias institucionais, investidores e agentes especializados. Através de workshops, oficinas, seminários e divulgação, as instituições FGV, Arq Futuro, Instituto Moreira Salles e Associação de



Figura 5. Conjunto da horta visto do alto. Fonte: SANSÃO (2018).

moradores contribuíram tanto na produção e na troca de conhecimento, quanto no fortalecimento do envolvimento da comunidade com Parque ao longo de seu funcionamento. Parcerias como o Studio +D e Harvard Graduate School of Design, além de contribuir na produção e troca de conhecimentos, investiram no desenvolvimento do Parque Sitiê através de projetos de infraestrutura para o lugar e recursos para implantação dessas ações. A contribuição de agentes especializados tais como: Alejandro Echeverri (Medellín), Joshua David (High Line), Elizabeth Rogers (Central Park), Regina Myer (Brooklyn Bridge Park), Pablo Lazo (Arup), Cláudia Moreira Salles, se deu pelo compartilhamento de experiências de design e políticas públicas efetivas, que obtiveram resultados positivos em seus projetos realizados (CRISTO, 2017).

Vale ressaltar a contribuição do Parque Sitiê na inclusão social dos jovens da comunidade, através da inserção em atividades produtivas e de capacitação.

No entanto, hoje, apesar de toda e articulação externa coordenada por Pedro, o que se vê é um lugar carente de apoio, funcionando de forma precária. Quatro pessoas, com empregos formais em outras instituições, trabalham na manutenção do lugar, em sistema de trabalho voluntário.

5- Transformação do espaço

Levando em consideração a falta de espaços livres públicos na comunidade, o espaço que agora é o

Parque Sitiê representa 57,6% de área livre pública de lazer no Vidigal, atualmente (PARQUE SITIÊ, 2017) (Figura 5). Suas atividades criaram a possibilidade de novas relações sócio espaciais na comunidade a partir da produção agrícola, em primeiro momento, e das atividades de ensino, pesquisa e práticas de ações de cidadania, após a criação do Instituto Sitiê, nos anos da direção de Pedro. A recuperação inicial do local resultou no ganho de área livre pública e de lazer para a comunidade, e a produção agrícola foi a possibilidade de manutenção coletiva desse espaço, com a distribuição de hortaliças para a população, além da possibilidade de geração de renda, algo que ainda não se desenvolveu, mas segue como um potencial.

Em um segundo momento, a institucionalização do Parque agregou valores sócio-políticos às questões ambientais já existentes. O fortalecimento desses valores se deu a partir de atividades educacionais, possibilitando que houvesse uma transformação cultural dos moradores, sendo esses os próprios protagonistas dessas mudanças.

Como defendido por MELLO e VOGEL (2015), para o desenvolvimento exitoso de uma apropriação do espaço, é necessário que, primeiramente, este faça sentido para as pessoas. Segundo os autores, um espaço que não estimula a apropriação indica que, provavelmente, este não carrega certos valores, sejam culturais, ou até mesmo produtivos e econômicos, quando consideramos que este espaço é também uma possibilidade de

renda. No caso do Parque Sitiê, é possível perceber que existe uma história que, paulatinamente, foi gerando esse sentido de pertencimento, e que há uma gestão voltada à recuperação e apropriação de um espaço subutilizado que, finalmente, potencializa esse sentido coletivo, aspecto fundamental para a conformação dos comuns urbanos.

Nesse âmbito, vale ressaltar a característica desse lugar como “espaço frouxo” (loose space) (FRANCK e STEVENS apud SELDIN e VAZ, 2017), que seria um lugar que abriga a espontaneidade através de atividades frequentemente não planejadas. No caso do Parque Sitiê, essa “frouxidão” vem da apropriação espontânea do espaço pela comunidade local, que enxergou novas possibilidades para seu aproveitamento (SELDIN e VAZ, 2017).

Assim, podemos considerar como principal transformação a conversão de uma área subutilizada em comum urbano. O ganho de escala e a oportunidade de criação de políticas públicas que fomentem processos “de baixo para cima” seria o próximo passo.

Neste sentido, é importante observar que o urbanismo profissional, tal como se conhece hoje, teve sua origem nas necessidades dos habitantes. A grande maioria das cidades, como indicado por GEHL (2006), surgiu e se desenvolveu por necessidade, configurada por seus habitantes em uma ação direta de construção urbana, evo-

luindo durante séculos em um processo lento, permitindo adaptações e ajustes contínuos do entorno físico e das funções urbanas. A cidade não era um objetivo em si mesmo, mas, sim, uma ferramenta modelada pelo uso. O resultado desse processo foram espaços que, ainda hoje, oferecem condições positivas para a vida em comunidade. Portanto, não é ilusório pensar que as dinâmicas observadas em casos como o Parque Sitiê possam contribuir positivamente no planejamento tradicional e nas políticas urbanas.

6- Desdobramentos

Segundo a página do Parque Sitiê (PARQUE SITIÊ, 2017), foi realizada uma série de ações durante os anos de funcionamento do Instituto, sob a coordenação de Pedro de Cristo. Dentre elas, podemos destacar (1) o fortalecimento da apropriação do lugar pela comunidade; (2) o desenvolvimento de planos de ação relacionados à coleta de lixo, à revitalização da área florestal, à delimitação e proteção do parque; à integração e desenvolvimento social e à falta de representatividade em nível municipal; (3) o desenvolvimento de estratégias de educação ambiental; (4) a transformação de espaços degradados em espaços públicos verdes, com introdução da agricultura urbana e do reflorestamento, com distribuição de frutas e legumes para os moradores e organizações locais; (5) a arquitetura paisagística como solução para contenção do solo e para construção de um espaço público;

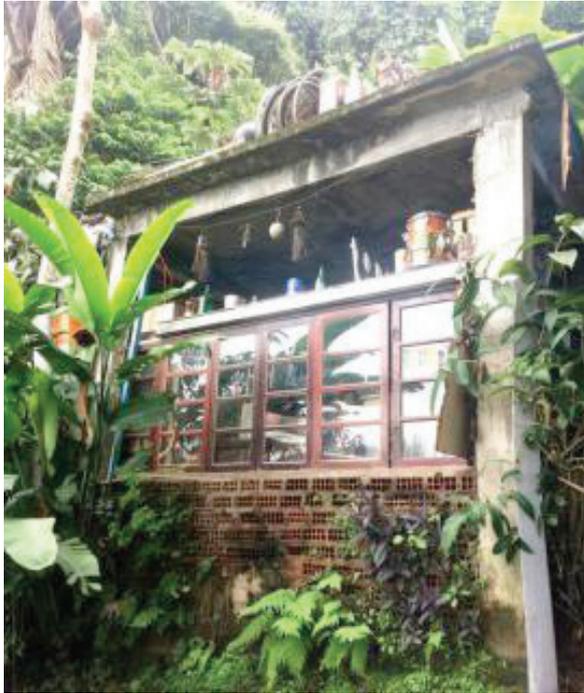


Figura 6. Atual sede do parque, de tamanho insuficiente. Fonte: SANSÃO (2018).

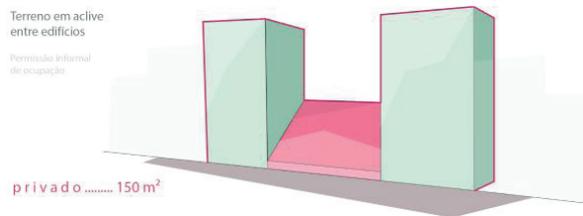


Figura 7. Diagrama esquemático das características do sítio da Horta da General. Fonte: SANSÃO (2017).

1. Projeto do +D Studio, que recebeu o prêmio de excelência no design de interesse público, Seed Awards 2015.

(6) a utilização do parque como modelo e catalisador de políticas sociais; (7) o desenvolvimento de projeto arquitetônico incorporando sistemas de infraestrutura urbana de captação de água, filtragem e armazenamento para utilização do próprio parque¹; (8) o desenvolvimento do projeto para construção da sede do Instituto Sitiê e para extensão do parque para incluir o Caminho do Céu (trilha ecológica que conecta o Parque Sitiê ao Morro Dois Irmãos); e finalmente (9) a assinatura do termo de adoção da área, concedido pela Fundação Parques e Jardins por um período de 2 anos.

Apesar de todas essas conquistas, a maioria dos projetos não saiu do papel, e o espaço físico ainda passa por muitas necessidades. Entre elas, destacamos a carência de infraestrutura de apoio, uma “sede” que contenha banheiros e um espaço coberto para atividades diversas, como reuniões e oficina para crianças. A construção existente hoje é precária e não atende às necessidades e expectativas (Figura 6). Nesse sentido, as lideranças expressaram o desejo de maior colaboração com a FAU-UFRJ, que já acontece de forma tímida, por intermédio de alguns discentes que começam a se aproximar do parque.

Finalmente, outro grande desafio das lideranças, hoje, é o constante trabalho de replantio da horta, que deve fugir das áreas de vegetação densa e ocupar locais com maior incidência solar. Esse

trabalho é uma das atividades a que Paulinho se dedica cotidianamente, na luta constante para manter viva a iniciativa.

Horta General Glicério

1- Contexto e características do sítio

A Horta General Glicério está localizada na Rua General Cristóvão Barcelos, no bairro de Laranjeiras, pertencente a IV Região Administrativa (Botafogo) da cidade do Rio de Janeiro. Ocupa 150 m² de um lote privado, vazio e em aclave, entre dois edifícios, e é resultado da iniciativa de um pequeno grupo de moradores da região. A horta é uma obra comunitária com permissão informal de ocupação do terreno privado (Figura 7).

A área era anteriormente ocupada por edificações residenciais, que desabaram em um trágico acidente, quando, no início do ano de 1967, chuvas e consecutivas enchentes castigaram o Rio de Janeiro e o bairro de Laranjeiras (PAINS e MAZZACARO, 2016) (Figura 8). Na área em questão, uma rocha se deslocou da encosta, entre as ruas Belisário Távora e General Glicério, provocando a destruição de uma casa e dois edifícios, que tiveram suas fundações arrastadas pela terra. O acidente deixou mais de cem mortos, dentre muitos feridos, e, possivelmente, foi causado pela exposição do solo e despejo de entulho, no alto do morro, por uma construtora. Após o ocorrido, o Instituto de Geotécnica realizou um trabalho



Figura 8. Foto do deslizamento de terra ocorrido no terreno, em 1967. Fonte: O GLOBO (2013).

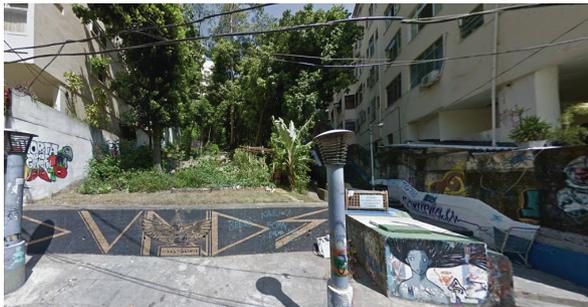


Figura 9. Conjunto da horta visto da rua. Fonte: Google Street View (2017).

de contenção do solo e, desde então, o terreno permaneceu abandonado, conservando apenas muitas árvores e vegetação que ali cresceu ao longo do tempo (O GLOBO, 2013).

Quase 50 anos depois, em 2014, um morador do bairro, Ícaro dos Santos, começou a idealizar o uso daquele espaço ocioso vizinho. A partir de pequenos encontros de amigos, surgiu a ideia de formalizar o local como um espaço de produção comunitária, integração social e horta urbana.

O terreno, que estava há quase 50 anos abandonado, foi ressignificado pelos moradores, ganhando espaço no cotidiano dos vizinhos. O local tornou-se não apenas lugar de cultivo e incentivo à alimentação saudável, mas também ponto de encontro, de eventos e de integração da vizinhança, mantendo-se ativo até hoje (PEIXOTO, 2016) (Figura 9).

2- Processo de implantação

Partindo das ideias de transformar aquele terreno, um grupo de moradores se uniu e abraçou a causa, com o propósito de colocá-las em prática. No ano de 2014, iniciou-se a limpeza de parte do terreno, retirada do entulho ainda restante do acidente e plantio das primeiras mudas, limitadas a uma pequena parte do terreno, devido à insolação e à mão-de-obra e financiamento limitados. A construção gradativa dos canteiros foi se dando mediante recursos disponíveis, assim como a construção de composteira. Tudo foi feito

com capital inicial dos próprios idealizadores do projeto e de alguns moradores (SANTOS, 2017).

Ao longo do tempo, a horta encontrou dificuldades em seu desenvolvimento, sendo o descontentamento dos vizinhos um deles. O terreno é de propriedade privada dos herdeiros dos edifícios que sofreram desabamento, e o fato de haver uma ocupação comunitária em um lote privado gerou estranhamento e rejeição.

Os moradores dos edifícios vizinhos eram contrários ao projeto, já que, segundo eles, devido à composteira, a horta atraía insetos aos apartamentos, além de gerar ruído, pela reunião de pessoas nos eventos e encontros. Como represália, chegaram a colocar sal grosso e produtos de limpeza nas plantações, a fim de matar os cultivos (SANTOS, 2017).

Entretanto, atualmente esse quadro vem se transformando. Poucos moradores ainda oferecem resistência ao projeto, enquanto a grande maioria aceita a horta e reconhece seus benefícios para este espaço outrora abandonado. Apesar de algum descontentamento pontual, um dos participantes ativos da horta comenta a alegria de que o maior motivo de divergência seja o barulho, afinal, o maior propósito da horta é, justamente, o de gerar encontros, piqueniques e reuniões que possam criar laços entre pessoas de todas as idades e aproximar as crianças do trabalho com a terra. Outra dificuldade atravessada pelo projeto da horta

diz respeito ao abastecimento de água. Os idealizadores comentam sobre tentativas de realizar um contrato com os herdeiros do terreno de forma a oficializar sua ocupação, assegurando que se tratava de um uso temporário, e que a horta poderia ser desocupada assim que os proprietários requisitassem o terreno. No entanto, não obtiveram êxito, não havendo interesse da parte dos herdeiros em estabelecer esse acordo. Assim, a ocupação do terreno é, na prática, ilegal, não sendo possível solicitar um ponto de abastecimento de água para a CEDAE (SANTOS, 2017). A falta de água se tornou, portanto, um grave problema para o desenvolvimento da horta. Para todos os encontros, era necessário que moradores fornecessem galões de água de suas próprias casas para permitir a rega, limpeza, lavagem e cultivo².

Outros problemas surgidos ao longo dos quatro anos de funcionamento da horta foram furtos de ferramentas e materiais, além de danos causados pela Comlurb nas limpezas da parte superior do terreno. Em 2015, ao limpar o terreno e podar as árvores, a equipe da Comlurb danificou os canteiros de cultivo, que até então se encontravam no solo, apenas cercados e demarcados por troncos. A horta passou pelo mesmo problema duas vezes em três meses, não desestimulando os vizinhos que, juntos, recuperaram o espaço e insistiram no cultivo (MAIA, 2015).

A fim de melhorar os espaços de convivência, aprimorar a integração dos vizinhos com o proje-

to e solucionar os temas da água e dos estragos da Comlurb, deu-se início, em 2015, a um projeto de crowdfunding (financiamento coletivo) através da plataforma Benfeitoria.com (PEIXOTO, 2016). Através desse site, qualquer pessoa pôde apoiar financeiramente a horta e ainda ganhar uma recompensa por isso. O valor de contribuição variou de R\$ 20,00 a R\$ 500,00, sendo os colaboradores desse último valor os “amigos da horta”, mercedores de uma placa de homenagem em seu canteiro “adotado”. O projeto estabeleceu como meta a arrecadação de R\$ 20.000,00 em 90 dias, e teve como objetivos para uso do recurso: criar um poço artesiano movido à energia através de pedalada humana; implantação de mobiliário multiuso para convivência e oficinas com escolas e permacultura; instalação de bicicletário e colocação de placas de energia solar para fornecer iluminação para todo o ambiente. O crowdfunding contou ainda com o “match” da Natura, estabelecido em edital, em que, para cada real arrecadado, a empresa colocava mais um real, dobrando a contribuição e também as recompensas para os doadores. Ao final do financiamento, o projeto contou com 181 benfeitores e um total de R\$ 22.444,00 arrecadados.

O recurso foi investido na execução de canteiros mais integrados, altos e resistentes, feitos de tijolos, contenção e nivelamento do solo com pneus, plantio de flores, grama e novas espécies de plantas, além da resolução da maior necessidade: a caixa d'água, que permite uma conexão

2. Reinauguração Horta da General. Vídeo sobre as antigas dificuldades e sobre a realização do novo projeto, celebrado com um piquenique. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=JPT4898GwJw>>.



Figura 10. Placa de recepção na entrada da Horta da General. Fonte: SANSÃO (2017).



Figura 11. Painel de identificação da Horta da General, visto da calçada. Fonte: SANSÃO (2017).

direta com mangueira para rega. No entanto, o abastecimento dessa caixa d'água tem enfrentado dificuldades atualmente, já que captava um desperdício de água da rua, gerado pela CEDAE, que já não existe mais. Além disso, o projeto do poço não pode ser concretizado por dificuldades em se conseguir uma avaliação técnica do solo, agravada pelas fundações remanescentes dos edifícios demolidos. Permanece, então, o desafio da água para a horta.

Para celebrar o resultado do crowdfunding, em novembro de 2016 foi realizado um piquenique com os benfeitores e cuidadores da horta, ocasião em que todos puderam observar os investimentos, comemorar em comunidade de forma integrada e receber as recompensas pelo apoio. Hoje, ainda resta um valor em caixa gerado pelo financiamento coletivo, dinheiro que é usado na manutenção e para qualquer outra necessidade.

O espaço é de uso público, sem cercas ou barreiras de acesso, aberto para servir a qualquer pessoa (Figura 10). A horta é mantida por meio de encontros semanais de um grupo aberto a voluntários, encarregado de limpar, plantar, regar e cuidar das plantas (PAINS e MAZZACARO, 2016).

3 – Usos e funções

O espaço da horta é composto por canteiros de cultivo, uma composteira, um local para materiais e ferramentas, além de bancos, um espantalho e algu-

mas placas de identificação das plantas e dos espaços. Um painel artístico no muro de acesso atrai os visitantes para conhecerem o local (Figura 11).

Dentre os alimentos cultivados encontram-se frutos, vegetais e temperos, tais como pimenta, salsa, boldo, erva-cidreira, manjeriço, alface, rúcula, quiabo, mamão, entre muitos outros. A vizinhança pode se sentir livre para colher e cultivar, gratuitamente, respeitando a organização do espaço. Existem ainda moradores que não participam dos mutirões nem tampouco colhem os produtos, mas colaboram com a composteira, ao deixarem lá o seu lixo orgânico.

Para organizar o recolhimento, no local há instruções sobre como contribuir e agir, além de ferramentas disponíveis, permitindo a reciclagem dos resíduos produzidos em suas casas e a geração de adubo orgânico para enriquecimento do solo da horta. Efetivamente, segundo os responsáveis, a composteira é o que melhor funciona na horta.

O local ainda opera como um espaço de convivência e atividades de lazer, como pequenos eventos, piqueniques e festas que integram a vizinhança.

4- Atores e parcerias

Os atores envolvidos são basicamente internos. Além de Ícaro dos Santos, idealizador inicial do projeto, o paisagista alemão Manfred Bert, outro



Figura 12. Encontro semanal de um pequeno grupo para manutenção da horta. Manfred Bert colhe frutos para compartilhar com os membros e as visitas. Fonte: SANSÃO (2017).

3. Horta da General – Mutirão de Novembro. Vídeo sobre um mutirão voluntário realizado pela vizinhança. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=TFDjOcfvTcE>>.

morador da região, integrou-se ao projeto da horta e ajudou a concretizar seu crescimento através do conhecimento técnico que detinha sobre o tema (PAINS e MAZZACARO, 2016).

Há, hoje, um grupo assíduo de seis pessoas que toma a frente do projeto, responsável pela organização, suporte dos moradores, tanto na limpeza do terreno e manutenção da horta como no financiamento, e cerca de outras sessenta que colaboram de maneira livre, sem tanto comprometimento (SANTOS, 2017). O trabalho é voluntário³.

Segundo Ícaro, os moradores se sentem constrangidos de participar ou até mesmo de colher os produtos da horta, por esta ter pequeno porte e não resultar em grandes quantidades de alimento. Porém, afirma que os gestores pretendem sempre incentivar essa colheita e ficam muito satisfeitos quando atraem a comunidade, seja do bairro ou até mesmo de outros bairros vizinhos.

Desde a criação da horta, o grupo tem se transformado ao longo do tempo, ainda mantendo alguns de seus idealizadores iniciais, porém, também contando com novos membros, sempre receptivos a quem quiser fazer parte do projeto.

Nunca houve qualquer tipo de parceria com instituições, ONGs ou com o poder público. Todo o financiamento do projeto foi feito apenas por contribuições privadas, tanto dos idealizadores e colaboradores da comunidade, quanto dos ben-

feitores do crowdfunding (SANTOS, 2017).

5- Transformação do espaço

Ainda que em pequena escala, a Horta General Glicério traz muitos benefícios aos moradores da região. Isso se dá não só pela colaboração com a saúde física e alimentação saudável das pessoas, mas pelo importante papel de integrar a vizinhança, gerando uma convivência entre vizinhos e visitantes, em um espaço antes abandonado.

A horta deu novo sentido ao espaço, deixando no passado seu histórico trágico e infeliz. O espaço assumiu uma ambiência para possíveis encontros e eventos, criando laços entre os vizinhos e motivando a integração, seja entre a comunidade da região ou da comunidade com a terra (Figura 12).

Adicionalmente, a horta colaborou com o aumento da segurança, ao transformar um lote vazio em uma área ativa. O uso da horta é temporário, enquanto os donos do terreno não o destinam a outro uso. No entanto, serve como teste desse espaço, que pode colaborar para sua possível permanência no local. BISHOP e WILLIAMS (2012) chamam a atenção, precisamente, para o fato de que essas ações, temporárias, agregam valor ao espaço, sendo propostas vantajosas de ocupação no sentido que (1) geram segurança, pela ocupação de um espaço ocioso que vulnerabiliza o espaço público adjacente; (2) geram possibilidade de renda,

considerando que um terreno baldio é custoso para o proprietário e; (3) atraem outros usos, inclusive comerciais, valorizando a vizinhança. Nesse sentido, os autores incentivam o estabelecimento de parcerias entre os ativadores, a comunidade e os proprietários do terreno, no intuito de somar esforços na melhoria do espaço, para benefícios mútuos.

É possível perceber que esta reconversão do espaço, mesmo sendo um terreno privado e uma ação temporária, impacta de forma positiva nas relações de habitabilidade do lugar. O ato de habitar, como afirmado por PALLASMAA (2017), é a forma mais fundamental e básica de relação com o mundo. Habitar é um intercâmbio em que o habitante se acomoda e se ajusta ao espaço, e, por outro lado, o próprio lugar responde a essa acomodação e se transforma na exteriorização do ser e do sentido que o habitante atribui ao lugar. Ações de caráter coletivo e insurgente têm a capacidade de reconhecer e integrar esses sentidos, possibilitando mudanças na paisagem de uma forma sustentável e inclusiva.

6- Desdobramentos

Os planos para o futuro são manter a horta, sempre fortalecendo o espaço de integração, realizando mais encontros e atraindo mais pessoas, permitindo que a comunidade se sinta mais à vontade para contribuir e participar do projeto (SANTOS, 2017).

Quanto à expansão física da horta, não há projetos concretos, somente intenções. Porém, as dificuldades são muitas, e, caso a expansão aconteça, será de forma lenta, já que a horta está restrita ao financiamento exclusivamente privado, sem parcerias e com um grupo pequeno na liderança. Existe ainda uma limitação na ocupação do terreno devido à insolação, onde a parte superior não recebe suficiente sol para o cultivo, tal como ocorre na parte inferior. Ademais, a parte superior necessitaria de um investimento na limpeza e retirada de entulho, recurso hoje inexistente (SANTOS, 2017).

Além da integração física entre vizinhança, idealizadores e colaboradores da horta, existe um importante meio de comunicação, divulgação e partilha do projeto, que é a página do Facebook “Horta da General Glicério”. Através dela, o grupo compartilha divulgação dos encontros, novidades do projeto, fotos e vídeos dos eventos e dos cultivos que acontecem no lugar. O grupo responsável também divulga reportagens, artigos, vídeos e links sobre hortas urbanas, tipos de cultivo, desenvolvimento sustentável, entre outros temas incentivadores de ações socioambientais de semelhante natureza.

Neste sentido, a horta é também um dispositivo de integração, talvez uma das principais condições para a existência dos comuns, uma vez que a integração significa que várias categorias e tipos de pessoas podem interagir. Porque, se a segre-

gação implica a separação de funções e grupos de pessoas, a integração, pelo contrário, implica a articulação de funções diferentes no espaço público e, portanto, permite que as pessoas envolvidas nessas funções atuem juntas, estimulado e inspirando, também, outras pessoas. Finalmente, o importante são as pessoas que, trabalhando e vivendo em lugares diferentes, usam os mesmos espaços e se encontram para realizar ações que impactam positivamente nesses espaços.

Considerações finais

Observando as hortas apresentadas e as relações sócio espaciais que estimulam, podemos perceber que se trata de expressões que vão além do que tradicionalmente pode ser entendido como planejamento urbano. Estas iniciativas emergem como novas dinâmicas que operam de forma paralela aos serviços e administração oficiais. LEITE (2012) refere-se às cidades sustentáveis e inteligentes como cidades que têm a capacidade de estimular e aproveitar a emergência de uma série de novos serviços ligados à economia do conhecimento e cultura, destacando a ideia de reestruturação produtiva, como possibilidades que vão além das configurações territoriais usuais. Segundo ele, novos arranjos produtivos poderão se aliar a novos arranjos espaciais na construção de novos territórios que agreguem valor funcional produtivo e urbano.

Em acordo como as ideias de Leite, LERNER (2011)

defende que o planejamento é um processo e, por melhor que seja, não consegue gerar transformações imediatas. Segundo ele, uma pequena ação pode desencadear a propagação de outras ações, chamando esse processo de uma boa acupuntura urbana. Tanto no caso do Parque Sitiê como na Horta General Glicério, reconhecemos ações de caráter comunitário e insurgente, de pequena escala, correspondentes a ações de urbanismo tático, que podemos considerar uma acupuntura urbana sustentável, inclusiva e democrática.

Em ambos os casos, identificamos, como característica comum, o fato de que, para atender a uma determinada necessidade, um grupo ou outro se apropriaram de um espaço e, através de suas ações, o tornaram realmente público (AESCHBACHER e RIOS, 2008), ou seja, um comum urbano. “Agindo como membros de uma comunidade, passam a se reconhecer como sujeitos mais efetivos em seus papéis como cidadãos” (AESCHBACHER e RIOS, 2008, p. 87), neste caso, realizando pequenas ações de recuperação de espaços subutilizados que geram transformações concretas na cidade.

No início desse artigo, colocamos as seguintes perguntas: é possível transformar áreas residuais, subutilizadas e abandonadas em espaços comuns por meio de ações de baixo para cima? Como impulsionar essas ações táticas de forma a alcançarem maior impacto? Como essas iniciativas podem ganhar escala e ser incorporadas ao planejamento?

Após a análise dos casos, podemos constatar que o urbanismo de baixo para cima foi eficaz na transformação de áreas subutilizadas em comuns urbanos. As ações táticas preencheram lacunas de utilização, valorizaram o que não tinha valor, “marcando presença onde antes só havia silêncio e ausência” (SASSEN, 2014, p. 46) e testaram o uso coletivo dos espaços, mostrando um grande potencial ainda a ser explorado. Em um estágio inicial, as hortas comprovaram sua pertinência, e, atualmente, revelam que ainda há muito para crescer economicamente em ambos os contextos. É importante, no entanto, que os grupos pioneiros mantenham o protagonismo na gestão desses espaços, em um processo coletivo e não mercantilizado, sempre tendo em mente que, segundo HARVEY (2014), o problema dos comuns é sua apropriação para benefício privado. Isso não significa, no entanto, que parte da produção não possa ser comercializada de forma a beneficiar economicamente a coletividade.

Para responder às duas outras perguntas, entretanto, é necessário encarar que, para o ganho de escala, ações de baixo pra cima não são suficientes. LYDON e GARCIA (2015) defendem que estratégias e táticas têm grande e igual valor e podem atuar em conjunto, impulsionando transformações mais efetivas. Segundo eles, a “formulação de estratégias é a metade da batalha”, e as táticas devem incorporar medidas, “lubrificando as engrenagens para implementações de dentro para fora e de fora para dentro” (LYDON e GARCIA, 2015, p. 9).

Nesse sentido, os planejadores devem “aprender” com as ações de baixo para cima, de forma a colocar em prática a formulação de estratégias. É necessário observar a tática para permitir a elaboração de estruturas mais duradouras, aprimorando e formalizando o que já acontece informalmente.

Nesse sentido, colocamos algumas propostas para a inclusão do poder público no processo, que não se restringem somente a recursos, mas sim a esforços no sentido de catalisar tais ações. Podemos sugerir (1) a disponibilização, pelo poder público, de uma cartilha de terrenos públicos subutilizados que necessitem ativação; (2) a criação de editais de fomento a ações táticas para ativação desses espaços; (3) a capacitação de mão de obra comunitária para o trabalho produtivo nesses locais; (4) o aperfeiçoamento de programas existentes, de forma que possam contemplar ações que já ocorrem na prática; (5) a desburocratização de processos de licença ou autorização para a realização de ações temporárias de teste de espaços; (6) a criação de programas de renúncia fiscal que atraiam grupos organizados e pequenas empresas locais para atuações em espaços subutilizados; entre outras possibilidades.

No que se refere ao tema das hortas comunitárias, a Prefeitura do Rio de Janeiro já conta com o Programa Hortas Cariocas, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, programa que está presente em 30 comunidades e na Rede Municipal de Ensino da cidade. O programa está focado na geração de empregos entre os moradores e pessoas ligadas

às escolas, para, em sistema de parceria, cuidarem do cultivo, sendo parte da produção distribuída em escolas e entre a população carente das comunidades, e parte comercializada para gerar lucro aos parceiros e ser reinvestida. As duas hortas analisadas nesse artigo não fazem parte do programa. O Parque Sitiê, por razões não divulgadas, e a Horta General Glicério, por não se enquadrar no recorte do programa (comunidade e escolas públicas). Acreditamos que poderia haver um esforço de aprimoramento do programa, tendo em vista que existe uma real oferta de áreas de cultivo espalhadas pela cidade, uma demanda reprimida para o programa, que mereceria maior atenção.

Os desafios para o incremento de ações táticas de ativação de áreas subutilizadas estão presentes, portanto, em várias escalas, desde a motivação das comunidades locais para a participação comunitária e o trabalho colaborativo (escala local); passando pela busca de parcerias e o desenho de modelos de gestão (escala local com articulação com atores externos); até a elaboração de políticas para dar escala às ações (escala global), costurando, assim, as ações de base com as ações de topo. Assim, o urbanismo tático poderia ser entendido segundo a leitura de SASSEN (2014), como um *modus operandi* que é ao mesmo tempo local e multi localizado.

Referências:

AESCHBACHER, Peter e RIOS, Michael. Claiming public space. The case for proactive, democratic

design. In: BELL, Bryan e WAKEFORD, Katie. **Expanding Architecture**. Design as activism. New York: Metropolis Books, 2008, p. 84-91.

BISHOP, Peter e WILLIAMS, Lesley. **The Temporary City**. New York: Routledge, 2012.

BORDE, Andrea. **Vazios urbanos, perspectivas contemporâneas**. Tese (Doutorado em Urbanismo) – PROURB-FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

BRADLEY, Karin. Open-Source Urbanism: Creating, Multiplying and Managing Urban Commons. **Footprint**. Delft Architecture Theory Journal, n. 16, primavera, 2015, p. 91-107.

BRENNER, Neil. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista e-metropolis** n° 27, ano 7, p. 6 a 18, dezembro de 2016.

SASSEN, Saskia. Complex and incomplete. Spaces for Tactical Urbanism. In: GADANHO, Pedro (Ed.). **Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities**. New York: The Museum of Modern Art MoMA, 2014, p. 40-47.

CERTEAU, Michel de. **The Practice of Everyday Life**. Berkley: University of California Press, 1999.

CRISTO, Pedro Henrique de. Entrevista exclusiva realizada em 08 de junho de 2017.

DUANY, Andrés. Foreword. In: LYDON, M.; GARCIA,

- A. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. 1a. ed. New York: Island Press, 2015.
- urbano. Porto Alegre: Grupo A Educação, 2012.
- FERGUSON, Francesca. **Make_Shift City**. Renegotiating the Urban Commons. Berlim: Jovis Verlag, 2014.
- LERNER, Jaime. **Acupuntura urbana**. Rio de Janeiro: Record, São Paulo, 2011.
- FOLKERTS, Thilo. Cultivateurs. In: FERGUSON, Francesca. **Make_Shift City**. Renegotiating the Urban Commons. Berlim: Jovis Verlag, 2014, p. 56-57.
- LIMA, Carlos Henrique Magalhães de. A cidade insurgente: estratégias dos coletivos urbanos e vida pública. **Arquiteturarevista**, vol. 10, n. 1, jan/jun 2014, p. 31-36.
- FRANCK, K.A.; STEVENS, Q. Tying down loose space. In: _____. (ed.). **Loose space: possibilities and diversity in urban life**. Londres/Nova York: Routledge, 2007. p. 01-33.
- LYDON, Mike; GARCIA, Anthony. **Tactical Urbanism: Short-term Action for Long-term Change**. New York: Island Press, 2015.
- GEHL, Jan. **La humanización del espacio urbano**. Barcelona: Editorial Reberté, S.A., 2006.
- MAIA, Gustavo. Comlurb danifica horta comunitária no Rio pela segunda vez em três meses. In: UOL NOTÍCIAS, jun/2015. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/06/30/comlurb-danifica-horta-comunitaria-no-rio-pela-segunda-vez-em-tres-meses.htm>>. Acesso em: maio/2017.
- HARVEY, David. **Cidades Rebeldes**. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- O GLOBO, Acervo. Em 1966, enxurrada matou 200 pessoas e deixou mais de 30 mil desabrigados. In: ACERVO O GLOBO, jul/2013. Disponível em: <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/em-1966-enxurrada-matou-200-pessoas-deixou-mais-de-30-mil-desabrigados-8970534#ixzz4gVh6LEkt>>. Acesso em: maio/2017.
- Horta da General. Mutirão de novembro de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TFDjOcfvTcE>>. Acesso em: maio/2017.
- HortadaGeneralGlicério**. Disponível em: <https://www.facebook.com/hortadageneral/?ref=br_rs>. Acesso em: 05/07/2018.
- LEITE, Carlos. **Cidades sustentáveis, cidades inteligentes**. Desenvolvimento sustentável num planeta
- OSWALT, Philipp, OVERMEYER, Klaus, MISSE-LWITZ, Philipp. **Urban Catalyst**. The Power of Temporary Use. Berlin: DOM Publishers, 2013.

PAINS Clarissa e MAZZACARO, Natasha. Hortas comunitárias dão vida nova a terrenos abandonados no Rio. In: JORNAL O GLOBO, nov/2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/hortas-comunitarias-dao-vida-nova-terrenos-abandonados-no-rio-14659729#ixzz4eZxA4KIR>>. Acesso em: maio/2017.

PALLASMAA, Juhani. **Habitar**. Trad. Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili, 2017.

PARQUE SITIÊ. Disponível em: <<http://www.parquesitie.org/historia/>>. Acesso em: mai/2017.

PEIXOTO, Maurício. Horta comunitária vira ponto de encontro em Laranjeiras. In: JORNAL O GLOBO, dez/2016. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/bairros/horta-comunitaria-vira-ponto-de-encontro-em-laranjeiras-18249101#ixzz4eZtCtxRJ>>. Acesso em: maio/2017.

QUINTANILHA, Mauro e CRISTO, Pedro Henrique de. **Parque Sitiê**. São Paulo: ArqFuturo, 2015. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=CcWFu4wJlKU>>. Acesso em: 04/05/2017.

Reinauguração Horta da General. Jan/2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=JPT4898GwJw>>. Acesso em: maio/2017.

ROSA, Marcos L. e WEILAND, Ute E. (eds.). **Handmade Urbanism**. Berlin: Jovis Verlag, 2013.

SANTOS, Ícaro. Conversa realizada em visita à Horta da General, em 20 de abril de 2017.

SARGISSON, Lucy. Imperfect utopias: Green intentional communities. **Ecopolitics Online Journal**, v.1, nº1, 2007.

SELDIN, Claudia e VAZ, Lillian Fessler. O Parque Sitiê na Favela do Vidigal: Um Novo Espaço. In: CONSTANTINO, Norma Regina Truppel; ROSIN, Jeane Aparecida Rombi de Godoy e BENINI, Sandra Medina. **Paisagem: Natureza, Cultura e o Imaginário**. São Paulo: ANAP - Associação Amigos da Natureza da Alta Paulista, 2017, p. 47-58.

SENNET, Richard. **El declive del hombre público**. Barcelona: Editora Península, 2002.

SOLÀ-MORALES, Ignasi. Territórios. Barcelona: Gustavo Gili, 2002.

STAVRIDES, Stavros. Empowering the Commons. In: FERGUSON, Francesca. **Make_Shift City**. Renegotiating the Urban Commons. Berlin: Jovis Verlag, 2014, p. 83-85.

VOGEL, Arno; MELLO, Marco Antonio. Apêndice: Lições da rua: O que um racionalista pode aprender no Catumbi. In: LIMA, Roberto Kant de. MELLO, Marco Antonio da Silva. FREIRE, Leticia de Luna. **Pensando o Rio - Políticas públicas, conflitos urbanos e modos de habitar**. Niteroi: Intertexto, 2015, p. 289-315. ■